

A autogestão das trabalhadoras na Sogantal durante o período revolucionário: uma análise segundo o jornal *Combate* (1974-1975)

Pamela Peres Cabreira

Resumo: O presente artigo tem por objetivo expor e discutir lutas operárias durante o período revolucionário português, a partir do jornal *Combate*. Interessa, sobretudo, a ocupação e autogestão de fábricas maioritariamente de mulheres, e tomaremos como exemplos as fábricas têxteis Sogantal e Charminha que constituíram importante demonstração de força das trabalhadoras e da condição a que as mulheres estavam inseridas após décadas de um regime fascista. Logo, compreender este jornal enquanto uma fonte histórica sobre a relação do movimento operário e género é de suma importância por duas razões: apresentam e circulam as lutas operárias pela voz dos próprios trabalhadores e colocam no debate as especificidades das trabalhadoras, a partir de sua identificação enquanto mulheres, resultantes de uma complexa relação social.

Palavras-chave: PREC; mulheres operárias; Sogantal; Charminha.

Abstract: This article aims to expose and discuss workers' struggles during the portuguese revolutionary period, from the newspaper *Combate*. Above all, the occupation and self-management of factories mainly of women are interested, and we will take as examples the textile factories Sogantal and Charminha which were an important demonstration of the workers' strength and the condition to which women were inserted after decades of a fascist regime. Therefore, understanding this newspaper as a historical source on the relationship of the labor movement and gender is very brief for two reasons: they present and circulate the workers 'struggles by the workers' own voice and put in the debate the specificities of the workers, from their identification as women, resulting from a complex social relationship.

Keywords: PREC; women workers; Sogantal; Charminha.

Introdução

Com o lema “*a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores*”¹ é lançado no desenvolvimento pós 25 de Abril o primeiro número do Jornal *Combate*, em 21 de junho de 1974, com um editorial Manifesto. Com a iniciativa pela criação do periódico de Rita Delgado e João Crisóstomo, que regressaram junto de João Bernardo do exílio em Paris para colocar em prática a ideia do jornal. Rita Delgado e João Bernardo advinham do grupo de esquerda radical, Comités Comunistas Revolucionários (CCR), uma organização formada a partir da expulsão de Bernardo do Comitê Marxista-Leninista Português (CMLP) em 1969.

Neste período a multiplicação de organizações da esquerda radical proliferava em Portugal, como a LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) e posteriormente o PRP (Partido Revolucionário do Proletariado). Os CCR também surgem neste rescaldo, organizando-se a partir de um modelo descentralizado, priorizando a coordenação pelo centralismo democrático. A importância desta posição para a análise do jornal seria justamente o distanciamento dos partidos e sindicatos e uma aproximação direta com os trabalhadores, o que traz uma diferente voz para operários e operárias que lutaram pelo direito ao trabalho ao longo do processo revolucionário. De acordo com os fundadores, “este jornal nasce e viverá segundo a evolução das lutas das massas trabalhadoras. Em todos os campos em que a luta de classes se manifeste”², o que é perceptível ao longo dos anos de publicação do jornal, que terá seu último número lançado em fevereiro de 1978.

Segundo um dos principais colaboradores do jornal, o irlandês Phil Mailer, que se juntou ao grupo bem como à livraria e editora Contra a Corrente, em 1975, aponta que sua atração pelo periódico foi justamente “o facto de os seus colaboradores entrevistarem trabalhadores em autogestão, nas fábricas e no campo, publicando os textos das entrevistas na sua integralidade, com todas as coisas boas e más, além de organizarem mesas-redondas com várias comissões de trabalhadores”³.

Junto de Mailer, outros colaboradores internacionais como a brasileira Maria Luíza e o australiano Gerry Vignola participaram no jornal, onde as tarefas eram distribuídas e discutidas de forma homogênea e o nome da Direção M. Fernanda Dias era fictício, apenas para cumprir um dos requisitos da lei de imprensa para que o jornal pudesse circular livremente. Também é

¹ *Combate*, Editorial, ano I, n.1, junho 1974, 1.

² *Combate*, Editorial, v. I, n.1, junho 1974, 1.

³ Phil Mailer, *Portugal: A revolução impossível?* (Lisboa: Antígona, 2018), 6.

de salientar o afastamento dos envolvidos no jornal em não recrutar quadros operários, apesar de muitas reuniões com trabalhadores e trabalhadoras terem ocorrido bem como discussões e mesas redondas organizadas para serem posteriormente publicadas no jornal. O incentivo à publicação de textos dos próprios trabalhadores/as esteve muito presente, criando uma dinâmica especialmente interessante para a investigação neste meio de comunicação.

Logo na primeira página e número do jornal, destacavam que “as operárias da Sogantal contam a sua luta”, em forma de entrevista e contam, dentre outras coisas que “nós tomamos conta da contabilidade. Algumas de nós têm o curso comercial completo ou quase e há outras pessoas que estão dispostas a ajudarmo-nos”⁴.

Sogantal e Charminha: luta e autogestão

A Sogantal foi uma empresa francesa, com produção de fatos de treino, localizada no Montijo, margem sul e pertencente ao chamado Cinturão Industrial de Lisboa. Contou com 48 operárias na faixa etária entre os 13 a 24 anos⁵. Os únicos homens que trabalhavam na empresa eram precisamente o segurança, português e o diretor, francês. Foi uma das primeiras empresas a entrar em autogestão e apresentar suas reivindicações aos patrões e ao Ministério do Trabalho. A empresa até meados de 1973 produzia luvas e basicamente manteve seu pessoal quando o grupo Lamont, também francês, assumiu a fábrica convertendo a produção para fatos de treino. Com esta troca, segundo as operárias, as condições de trabalho pioraram, os prêmios aumentaram e os salários diminuíram. Uma ocorrência coincide mesmo no dia 25 de Abril quando uma das operárias, Lucia Palma, enfrenta a encarregada depois desta não querer autorizar sua saída para os 15 minutos do café no período da tarde, ficando a trabalhadora suspensa por três dias, obviamente não remunerados⁶.

No dia 20 de maio de 1974, estas mulheres apresentaram um caderno reivindicativo à administração patronal, onde exigiam, entre outras coisas⁷: a) o

⁴ Combate, *As operárias da Sogantal*, v. I, n.1, junho 1974, 2.

⁵ Esse dado ainda é volátil, visto que as próprias operárias rondam números próximos. Logo, é uma média das idades que foram apresentadas em diversos momentos.

⁶ Lucia Palma; entrevista semidiretiva concedida à pesquisadora em setembro de 2018, Montijo, Portugal.

⁷ Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. *Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).*

reconhecimento patronal pelas representantes sindicais e do grupo de trabalho, “escolhidas livremente pelo restante pessoal operário como representantes legais dos seus justos anseios, e a garantia de que não serão feitas represálias nas suas pessoas”; b) permitir o acesso a estas representantes seja ao sindicato, aos órgãos oficiais e à gerência; c) que se vigore o contrato coletivo de trabalho; d) ordenado em regime mensal; e) aumento de 1250 escudos mensais, sem distinções de categorias, destacando que isso não chegaria aos 3300 escudos estabelecidos pelo Ministério do Trabalho; f) aumento dos valores dos prêmios; g) Pagamento de todas as diferenças de salários que estavam em atraso; h) melhores condições nas instalações da empresa, como refeitório, a criação de uma sala de reuniões e confraternização que ficaria vedada a participação nestas reuniões ao patronato, a gerência e a todo o pessoal de hierarquia mais elevada, salvo exceções; i) décimo terceiro mês e que seja pago até o dia 10 de dezembro a todas as funcionárias, sem distinções.

Estas reivindicações não são meras condições estanques. Demonstram não apenas a capacidade de enfrentamento destas operárias como também uma aproximação de radicalização na forma como se organizaram, indo contra as condições impostas pelo patrão, mas confrontando também uma realidade na esfera doméstica, ao impor o cuidado das casas e dos filhos muitas vezes aos maridos. A aproximação destas operárias com o MES (Movimento de Esquerda Socialista), já em finais de 1974 – que na altura continha um programa de certa forma situado à extrema esquerda –, também se torna representativo na maneira como vislumbravam sua própria luta, quando advogavam pela auto-organização dos trabalhadores ou das nacionalizações de indústrias chave no país. Não é possível afirmar que estavam de fato vislumbrando uma sociedade socialista, senão tratando das primeiras necessidades que lhes apareciam; porém, a forma como o fizeram e a potencialidade em suas críticas e ações é aqui o que mais chama a atenção como fator de luta e resistência.

Postas as exigências do caderno reivindicativo, o grupo, mas especialmente o “Sr. Ladart” dono da fábrica, recusa-o alegando que, do contrário, a empresa iria à falência. Como resposta, as operárias entraram em baixa de produção, ocupando a fábrica e os escritórios em 27 de maio. Já no dia 30, os patrões declararam que a fábrica fecharia e que os salários não mais seriam pagos, uma vez que as trabalhadoras não haviam produzido o suficiente (estavam em produção lenta)⁸. Diante a posição patronal, as operárias decidem vender os fatos de treino prontos para manterem seus salários, ao que os patrões abandonam a empresa e, diante a iminente perda dos seus postos de trabalho, resolvem manter por si próprias o funcionamento da

⁸ Combate. Ano I, n.1, 21 de Junho de 1974, 2.

empresa e a produzir a sua subsistência na composição da autogestão. Criando relações com empresas ao seu redor, seja em boletins ou entrevistas, as operárias lançam o *Jornal da Sogantal* que em seu primeiro número, apontam a direção desta luta:

A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, devido também à ‘docilidade’ dos trabalhadores garantida que, começando no local de trabalho se estendia até a bem conhecida acção das várias polícias [...]. Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, o patronato pretende encerrar as instalações em Portugal. Portanto, nós trabalhadoras da Sogantal não podemos tolerar essa situação; não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que nos exploram desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações [...] Afirmamos a nossa disposição de lutar até o final e não hesitaremos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras⁹.

As operárias decidiram que a Assembleia Geral era o órgão soberano de decisão onde se discutiam os problemas da vida quotidiana e as soluções que eram necessárias de se pôr em prática. Além disso, as posições eram revogáveis a qualquer momento e buscavam rotatividade das participantes operárias. Já na primeira assembleia depois que a fábrica foi ocupada, as trabalhadoras decidem tomar em mãos a organização da sua luta vida em função da nova realidade. O gerente e uma encarregada são postos a correr. Outra encarregada aceitou ficar na fábrica, porém, ocupando uma função igual e recebendo o mesmo salário que as restantes operárias. A partir deste momento, passaram a tratar dos assuntos antes dominados pelo gerente e pelo diretor da fábrica. Em entrevista, esta mesma encarregada, Idalina Sena, expõe o ano de 1974 como o mais ativo, de liberdade e integração entre as trabalhadoras e a peleja em se fazer vender os fatos de treino. Relata, sobretudo, a capacidade organizativa e de camaradagem que integrou esse grupo. Segundo ela, nada significou sua posição anterior como encarregada. Agora era “revolucionária”!¹⁰

⁹ “Jornal da Sogantal. n 1. O nosso primeiro comunicado”. Acesso Jun, 2019, <https://ephemerajpp.com/2018/04/27/luta-das-operarias-da-sogantal-agosto-1974/>.

¹⁰ Idalina Sena; entrevista semidiretiva concedida à pesquisadora em setembro de 2018, Montijo, Portugal.

A decisão de tomar a fábrica e autogerir a produção era demasiadamente perigosa pois atingia em cheio o “inviolável” direito da propriedade privada. A reação dos patrões franceses chega em 24 de agosto quando decidem invadir a empresa e tirar de lá as máquinas e os 31.000 fatos de treino, de forma a levarem este material para França. Em relatos nos arquivos do Ministério das Finanças, mas também em entrevistas realizadas com algumas ex-operárias, apresenta-se que o patrão contratou um grupo de 14 mercenários franceses que assaltaram a fábrica de madrugada, “armados de pistolas, granadas, matracas, gases lacrimogêneos e cães, sequestraram o guarda e iniciaram um processo de desmonte de maquinários e inventariado”¹¹. A população do bairro próximo da fábrica cercou as instalações convocando as operárias que moravam próximo à fábrica em uma enorme confusão. A GNR (Guarda Nacional Republicana) e o COPCON (Comando Operacional do Continente) acabaram por retirar os franceses “a salvo” do motim que se formava.

As investidas contra empresas e operários/as em autogestão adquiriram uma forma violenta, onde na resistência cotidiana buscavam apoio da população e fábricas vizinhas, algo muito presente no caso da ocupação da empresa Sogantal. Para Abadia, “ainda é possível perceber que não é apenas a consciência revolucionária, ante a exploração do seu trabalho, que se realiza com o cotidiano da luta autônoma. As operárias da Sogantal não apenas entram em ruptura com a hierarquia do sistema capitalista, quando rompem a barreira do trabalho manual e intelectual, mas também rompem dia-a-dia com os valores opressivos que fazem parte da ideologia desse sistema”¹². Em uma coletânea de depoimentos organizada por Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora*, sobre os diversos eixos dos movimentos sociais advindos do 25 de Abril, José Maria Ferreira relata sua aproximação com a Sogantal, onde diz:

Casos semelhantes estavam a dar-se noutras empresas mas aqui a ocupação assumiu radicalidade invulgar: supressão das cadências e dos horários obrigatórios; abolição das hierarquias; igualização dos salários; rotação das tarefas, inclusive de direcção; e, mais subversivo ainda, encetar a venda directa da produção. Tudo isto teve uma outra

¹¹ Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. *Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvax e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16)*.

¹² Danúbia Mendes Abadia, “O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2010), 92.

consequência da maior importância: as mulheres começaram a libertar-se do marido e da família, dos valores patriarcais vigentes¹³.

Em diversas reportagens do *Combate* é visível a preocupação dos trabalhadores e trabalhadoras com o isolamento de sua luta, ou mesmo com situações de utilização de suas lutas por partidos que não ajudavam nos problemas cotidianos destas fábricas. Na sessão “A Imprensa dos Trabalhadores” o jornal publicava números de jornais, boletins e panfletos de diversas fábricas, inclusive da própria Sogantal. Seguindo as diretrizes de seu Manifesto, o jornal buscou reunir declarações, entrevistas e diálogos entre e para os trabalhadores.

Nesta perspectiva, o *Combate* colocou em diálogo as operárias da Sogantal com outra têxtil, a Charminha, localizada na Pontinha (Lisboa), que também passava por uma situação de autogestão. Após o chefe austríaco abandonar a fábrica, tendo passado um cheque sem fundos, as operárias decidiram continuar “a produzir e começámos a vender ao público para realizarmos dinheiro para que nós não tivéssemos problemas de fome”¹⁴, apelavam, ainda, para que “alguém que nos dê uma resposta para calma e serenamente levarmos para frente a Charminha”.

Nesta mesa redonda, em contato com as mulheres da Sogantal, uma profícua relação de trocas de experiências e solidariedade surgiu, dado que na Charminha ainda mantinham uma Comissão Administrativa que não atribuía igualmente os valores das vendas, uma situação conflituosa que estas operárias ultrapassam ao substituir esta comissão por outra¹⁵.

Com a finalidade de troca de ideias para superar as dificuldades e pautarem-se para o esclarecimento mútuo entre os trabalhadores e trabalhadoras, esse espaço contribuiu certamente para que questões como o escoamento da produção, compra de matérias-primas e organização estrutural dos membros autogestionários fossem discutidos e aprofundados, percorrendo uma esteira importante na consciência da luta e organização deste grupo.

Sob o título “A Luta da Sogantal é a Luta de todos nós Trabalhadores”, o número 6 do jornal coloca em discussão o caso destas mulheres em paralelo com outras lutas semelhantes, como a Naturana, onde no período de férias os patrões tiraram tudo de dentro da fábrica; na António Alves, em Torres Novas, onde mais de trezentos trabalhadores eram diariamente ameaçados

¹³ José Maria Ferreira. “Autogestão na Sogantal”, in *O Futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*, org. Francisco Martins Rodrigues (Lisboa: Edições Dinossau-ro, 1994) 46.

¹⁴ *Combate. Os trabalhadores da Charminha dizem não ao desemprego*. Ano I, n.4, 1974, 7.

¹⁵ *Combate. Encontro: Sogantal e Charminha*. Ano I, n.6, 1974, 6.

pelo patrão (António Alves) armado em pistola, sobretudo colocando pressão nos dirigentes sindicais; na Simões, Timex, Interlastex, Milano, Mafalda, passavam por situação de luta e tentativa organizativa na manutenção de seus empregos. As trabalhadoras da Sogantal declaram, como um apelo aos trabalhadores destas empresas que os despedimentos e os encerramentos das fábricas “são a arma de que os patrões se estão a servir para nos amedrontarem, ameaçando-nos a nada reivindicarmos, a não defendermos os nossos interesses, a não lutarmos por aquilo a que temos direito”¹⁶.

A autogestão, por si só, não deu conta de responder às demandas de uma nova estruturação de uma sociedade não capitalista, funcionando como bolsões de resistência. Para Phil Mailer, em análise sobre o processo de autogestão, conclui que, “enquanto o capitalismo continuasse a existir, tudo isto era pouco mais do que autogestão da exploração pelos próprios explorados: não abolia a troca da força de trabalho por salário. Mas o conhecimento adquirido podia ter um valor duradouro para a construção do socialismo”¹⁷. Entretanto, a autogestão foi um meio para que trabalhadores e trabalhadoras adquirissem experiência, consciência e perspectiva dos pontos que atuavam como meio de expandir ou dificultar a luta operária. Como aponta Abadia, “o fortalecimento da identidade coletiva fez com que os/as trabalhadores/as, reunidos/as nos organismos coletivos, identificassem-se pelos interesses comuns e pela solidariedade recíproca, rompendo com o individualismo e a hierarquia”¹⁸.

Mulheres e Trabalho

Na especificidade da luta operária das mulheres da Sogantal, é de ter-se em conta que as mulheres das classes populares sempre trabalharam e, por exemplo, no contexto fabril (e têxtil, onde se abrigava o maior número de operárias) ter um trabalho assalariado era um aspecto primordial na construção de sua própria identidade social, enquanto “colaboradora” ou por muitas vezes promotora total da remuneração familiar¹⁹. Como afirma Perrot, “as mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’”²⁰ e,

¹⁶ Combate. *Encontro: Sogantal e Charminha*. Ano I, n.6, 1974,11.

¹⁷ Phil Mailer, *Portugal: A revolução impossível?* (Lisboa: Antígona, 2018), 109.

¹⁸ Danúbia Mendes Abadia, “O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)”. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2010) 97.

¹⁹ Sidney Chalhoub, *Trabalho, bar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque* (Campinas: Editora Unicamp, 2012) 203.

²⁰ Michelle Perrot, *As mulheres ou os silêncios da história* (Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005) 251.